

O LUGAR DOS ESTUDOS LITERÁRIOS

Oswaldo Manuel Silvestre

CLP – Universidade de Coimbra

Agora que este volume *Literatura, Espaço, Cartografias* chega ao fim, seja-me permitida uma breve tentativa de descrição. Neste livro referem-se, *en passant* ou mais demoradamente, alguns dos grandes nomes da tradição filológica peninsular e europeia; recupera-se algum do conteúdo crítico da «literatura regional» enquanto contraponto de uma ideia vazia de universal, e reflecte-se sobre o renovo de interesse no tópico goethiano da *Weltliteratur* na era da globalização (ou, se se preferir, na era das «grandes superfícies»); trata-se do *locus* por excelência da experiência do moderno, a cidade, por vezes na sua versão periférica, mas também do local não-urbano, do translocal e do transcultural (e, muito a propósito de tudo isto, percorre-se o «Caminho de Santiago»); abordam-se as zonas clássicas do *corpus* literário peninsular, como a poesia trovadoresca, o Quixote, Rosalía – curiosamente, neste caso, nas zonas menos canónicas do seu *corpus*, o que mostra mais uma vez como a nossa disciplina se define pela intensidade de uma série de combates em torno do cânone – ou Valle-Inclán, mas também clássicos europeus como a *Bovary*, brasileiros como Guimarães Rosa, ou ainda autores de literaturas mais intersticiais do que ocidentais, como Vimala Devi; o século XIX dá prova de continuar a desafiar a imaginação dos críticos mais empe-

nhados na *vexata quaestio* do realismo, e o contemporâneo marca, como desde há pelo menos uma geração, a sua posição central na profissão, e agora em alargamentos produtivos à arte de massas; a ontologia do virtual está presente em força, e bem assim as noções, hoje centrais nas Humanidades, de identidade (menos) e representação (mais, ou não tratasse o colóquio de espaço e cartografias); e explora-se uma pluralidade de linguagens, da fotografia à cenografia, ao cinema e à TV, ao digital e à performance.

Num texto de 2006, Richard Rorty defende a ideia de que as disciplinas académicas não se definem por um núcleo (um «core»), mas sim pelas suas histórias. E afirma: «Elas [as disciplinas] actualizam constantemente a sua auto-imagem ao reescreverem as suas histórias. As chamadas ‘crises’ deslocam o aparentemente periférico para o centro e o aparentemente central para as trevas exteriores» (Rorty 2006: 66). E, como exemplo deste processo, refere a substituição de Auerbach e Girard por Spivak e Bhabha, afirmando, a este respeito, que «A diferença entre Auerbach e Spivak é tão grande como a diferença entre Heidegger e Carnap». Para Rorty, isto significa que ler Auerbach e Spivak é já trabalho *interdisciplinar* (não posso concordar mais); e, sobretudo, que daqui a cinquenta anos Spivak estará na posição de Auerbach e a nossa disciplina será já *uma outra coisa*, pois nenhuma disciplina «saudável» das humanidades permanece a mesma coisa por mais de uma ou duas gerações. O único aspecto surpreendente nestas palavras, mas assaz revelador sobre a capacidade das disciplinas para se naturalizarem como entidades sem data de nascimento, reside na necessidade de que tais evidências sejam repetidas periodicamente.

Os estudos literários têm atrás de si uma longa e nobre história, que remonta, na versão que prefiro, a esse texto fundador que é a *Poética* de Aristóteles. Ao longo dessa história milenar, dos filólogos de Alexandria aos do *Quattrocento* e, por sobre os grandes *rhé-*

toriqueurs dos séculos XVII e XVIII, aos filólogos românticos, mas também aos românticos alemães, e, por fim, aos formalistas russos e àquilo que por eles foi desencadeado no século XX, os estudos literários revelaram uma impressionante capacidade para produzir um arsenal de termos descritivos e explicativos do seu objecto que foram sendo apropriados, e transferidos, para áreas limítrofes (ou nem tanto) do saber – pense-se na fortuna insaciável de um termo como *mimesis*, hoje renomeado como «representação» –, num processo que não parou ainda, e que correntes mais recentes, como a crítica feminista, a teoria *Queer*, e ainda a teoria pós-colonial, de um modo ou de outro originados nos estudos literários, continuam a demonstrar, nos seus efeitos expansivos. À sua maneira, este volume fornece evidência bastante de que, como diria Rorty, estamos a actualizar constantemente a nossa auto-imagem, reescrevendo activamente as nossas histórias, fazendo-o de forma desinibida e enérgica – basta ver como a nossa típica comunicação ou conferência mudou, suscitando agora um aparato tecnológico nem sempre controlável... –, conciliando orientações fiéis a uma história ou tradição estabelecidas com outras empenhadas em reescrever tradições ou histórias, em configurações muitas vezes de geometria variável (o que, no meu caso, por exemplo, pode passar por preferir Auerbach a Spivak, mas por tentar lê-lo ao lado de Benjamin, Gumbrecht, Said ou Derrida). Em todo o caso, se os professores de literatura escrevem hoje sobre o mundo digital e o seu cortejo de simulacros, ou sobre fotografia, TV ou cinema, e se acolhem no seu seio especialistas noutras artes, abrindo-se a um diálogo interartes que em nenhuma zona dos estudos artísticos é provavelmente tão forte como na nossa – basta fazer a contrastação com os elencos de comunicações de um colóquio sobre qualquer outra das artes –, isso mostra a nossa capacidade para questionarmos a política das nossas fronteiras institucionais, mas mostra também, e sobretudo, a força do vocabulário da nossa disciplina e as suas potencialidades

de tradução interdisciplinar – além de dar a ver, creio, a força de uma identidade que não teme um diálogo tão intenso como aquele a que assistimos neste livro.

O que este volume prova, na riqueza diversa dos caminhos que nele se percorrem, é que, na minha perspectiva, não há nada de mais inútil, para falar dos estudos literários hoje, do que enveredar pela retórica ou pelo *pathos* da *crise*: a dos estudos literários e a das Humanidades. Desde logo, porque num certo sentido profundo, os estudos literários modernos *sempre estiveram em crise*, ao contrário do que sugere a onda recente de reconstruções históricas da disciplina, cujo ponto comum e recorrente é a sugestão fundacional de que no tempo mítico dos nossos avozinhos – Carolina Michaëlis, Menéndez Pidal, Dámaso Alonso, etc. – todos éramos felizes na Arcádia académica, uma vez que até os animais (ou os burgueses) falavam em verso... Esse tempo, sejamos claros, nunca existiu. Seria fácil reunir testemunhos dos nossos avozinhos que vão justamente nesse sentido, mas por todos eles sugiro que oiçamos Américo Castro, que em 1920 afirmava: «(...) en la ancha penumbra que la indiferencia social proyecta sobre todo lo universitario, hay un trozo negro, como boca de lobo, que marca el sitio de las Facultades de Letras» (Castro, *apud* Mainer 1994: 44). Ou seja, o «arbitrário social» da instituição literária sempre foi significativo, apesar da Indústria do Ensino com que ela foi disfarçando esse arbitrário.

Mas a retórica da crise é também errada porque ela sugere uma auto-representação desistente que não bate certo com o panorama que um livro como este apresenta. Porque, como antes referi, aquilo a que Gumbrecht chama «a auto-substituição dos estudos literários» está há muito em marcha, o que significa que estamos a fazer, e a meu ver bem, o nosso dever: pensar os estudos literários e as Humanidades num contexto de drástica mutação civilizacional, de perda acelerada da literacia da escrita e de destruição da ecologia tradicional

da leitura. Se um dos pais fundadores da nossa disciplina nos tempos modernos pudesse ler, por um efeito ou da máquina do tempo ou da criogenia – dois excitantes dispositivos ficcionais modernos, reveladores da capacidade da literatura para responder aos desafios colocados pela tecno-ciência –, este livro, seguramente teria muita dificuldade em reconhecer nele o perfil daquilo que no seu tempo eram os estudos literários. O que, a meu ver, é bom, e tem aliás tradução nos nossos *curricula* actuais, em que é possível encontrar, nos vários níveis de graduação, disciplinas de Estudos Interartes, Arte e Cultura de Massas, Introdução aos Estudos Culturais, Literatura e Cinema, Literatura e Média na Era Digital, Estudos Feministas e Materialidades da Literatura – a que se pode juntar, noutras Faculdades, Antropologia e Literatura ou Literatura e Direito. Esta lista de designações revela, creio, a capacidade para dialogar com novos objectos tecnológicos e civilizacionais ou de produzir novas hermenêuticas para ontologias e fenómenos de longa duração. Que não devem ser entendidas como derivativas em relação a um suposto *ethos* ou *core* da disciplina, mas antes como demonstração da nossa capacidade para repensarmos os estudos literários em função também da forma pela qual a própria literatura redesenha hoje as suas fronteiras, no mundo do sms, do e-mail e do e-book, este mundo em que o planeta Terra é agora um produto Google. Creio que bastaria a enumeração que antes fiz das designações de novas unidades curriculares para perceber que as gerações que hoje convivem na disciplina têm estado à altura do seu grande passado. O que surpreende, muitas vezes, é que não tenham consciência disso, preferindo as lamentações em torno da crise. Apetece recomendar a esses lamentadores aquela frase do judeu polaco Stanislaw J. Lec: «Não espereis demasiado do fim do mundo».

Parece, pois, uma coincidência feliz que num momento em que reescrevemos as nossas histórias e redesenhamos as nossas frontei-

ras disciplinares, como compete a cada geração, três universidades se tenham reunido neste volume para pensar a articulação entre literatura, espaço e cartografias. Permitam-me que recorde, a este respeito, um decisivo texto de José Angel Valente intitulado «El lugar del canto», incluído em *Las palabras de la tribu*, volume de ensaios de 1971, no qual o autor lança a ontologia do lugar contra o simbolismo da pátria, afirmando:

El lugar no tiene representación porque su realidad y su representación no se diferencian. El lugar es el punto o el centro sobre el que se circunscribe el universo. La pátria tiene límites o limita; el lugar, no. Por eso tal vez fuera necesario ser más lugareño y menos patriota para fomentar la universalidad. (Valente 2008: 50)

Trata-se de um texto difícil, mas é duvidoso que Valente nos fale aqui, de facto, do lugar enquanto coisa natural ou construída (e ademais, pode uma coisa ser um lugar?). Admitir que o lugar não tem representação só faz sentido se «lugar» for aqui um nome tropológico para *experiência* – ou melhor, para aquele tipo de experiência a que Heidegger chamou *habitar*. O problema reside, creio, no facto de que a resistência da poesia e da literatura modernas, enquanto *lugar do canto*, à representação como *canto do lugar*, não pode deixar de colidir com o facto de que os estudos literários modernos são um produto dessa versão limitada de pátria que é o Estado, essa máquina política de produção reticular de lugares e suas cartografias. Os estudos literários têm lugar no aparato escolar do Estado moderno e, em rigor, como aliás as Humanidades, ocorrem num lugar muito preciso, e a meu ver precioso: a sala de aula. Este problema é, em rigor, imprescritível e explica em boa medida as dificuldades de legitimação dos estudos literários, que começam por resultar da incomodidade com que, para existirem, e existirem no Estado (pois não se vê em

que outro lugar o possam fazer), se devem afastar da radicalidade da crítica da representação que alimenta a literatura moderna. A forma específica como os estudos literários gerem essa incomodidade face à crítica da representação consiste em... ensiná-la. Mas ensinar a crítica da representação implica, necessariamente, recuar ante ela, para esse lugar – epistemológico e político – em que realidade e representação se afastam o mínimo suficiente para que a produção e reprodução do conhecimento se tornem possíveis.

Se esta história tivesse uma moral, essa moral podia ser: há um preço a pagar por tudo, e há um preço a pagar pela sala de aula. Mas gostaria de defender que no contexto actual de triunfo irrestrito da Razão Instrumental, o combate pela sala de aula como lugar alternativo onde o pensamento possa lentamente coalescer e progredir sem a imposição prévia de um *telos* ou de um valor de mercado é o grande combate político das Humanidades. Creio que este volume, que é essencialmente uma «aula aberta» – a tradições, disciplinas, linguagens e pessoas –, o demonstra mais uma vez.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Américo, *apud* José-Carlos Mainer (1994), «La invención de la literatura española», in *Literaturas regionales en España. Historia y crítica*, José M^a Enguita e José-Carlos Mainer (eds.), Saragoça, Institución ‘Fernando el Católico’.
- RORTY, Richard (2006), «Looking back at ‘Literary Theory’», in *Comparative Literature in an Age of Globalization*, Haun Saussy (ed.), Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- VALENTE, José Ángel (2008), *Obras Completas II. Ensayos*, Ed. de Andrés Sánchez Robayna, Recopilación e introducción de Claudio Rodríguez Fer, Barcelona, Galaxia Gutenberg, Círculo de Lectores.